

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RO

Termo de Referência 48/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
48/2025	926570-CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RO	LETICIA EMILY MORONHA MOURA COSTA	08/12/2025 10:10 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		9079610110000355000015202541

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimetno de solução de comunicação de dados (link dedicado e MPLS) e firewall, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 - Solução de comunicação de dados com link dedicado, MPLS e firewal							
Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade	Mês	Valor Unitário	Valor Total
1	Link dedicado de 500 Mbps simétricos entregue por meio de fibra óptica para a Sede (Porto Velho/RO)	26484	Unidade	1	12	R\$ 3.050,00	R\$ 36.600,00
2	Link de comunicação privada MPLS com velocidade de 50 Mbp	26484	Unidade	1	12	R\$ 1.337,50	R\$ 16.050,00
3	Link de comunicação privada MPLS com velocidade de 50 Mbps	26484	Unidade	1	12	R\$ 1.337,50	R\$ 16.050,00
4	Solução de firewall de médio porte em comodato, com	609340	Unidade	1	12	R\$ 3.200,00	R\$ 38.400,00

licenças para VPN, IDS/IPS, antivírus e filtro de conteúdo, com gerenciamento centralizado, abrangendo a sede e subdes.						
Valor total:						R\$ 107.100,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns de tecnologia da informação, nos termos do art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital e no contrato.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade de manutenção permanente da conectividade e segurança da informação, monitoramento dos links e equipamentos, suporte técnico 24x7 e atualizações constantes de segurança.

1.4. O prazo de vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado e mantidas as condições vantajosas para a Administração.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de solução integrada de conectividade e segurança da informação,abrangendo a sede do CRCRO, em Porto Velho/RO, e as subdeses nos municípios de Ariquemes e Vilhena. A iniciativa visa garantirdisponibilidade, confiabilidade e proteção da infraestrutura de rede institucional, assegurando a continuidade dos serviços aosprofissionais da contabilidade e à sociedade.

2.2. Atualmente, a infraestrutura de conectividade do CRCRO encontra-se limitada em termos de desempenho, segurança edisponibilidade, impactando diretamente os serviços corporativos, o acesso remoto a sistemas internos e a comunicação entre a sede eas subdeses.

2.3. Com o aumento da demanda por soluções em nuvem, videoconferências, sistemas internos e ferramentas de colaboração, torna-seimprescindível adotar uma solução de rede moderna, redundante e segura, capaz de sustentar as operações institucionais de formaestável e contínua.

2.4. Especificações da solução - Links dedicados, MPLS e firewall NGFW

2.4.1. Links dedicados e MPLS para comunicação de dados

2.4.1.1. Aspectos gerais

2.4.1.1.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento, instalação, configuração e manutenção de links dedicados de Internet via fibraóptica, com velocidade simétrica garantida e disponibilidade mínima mensal de 99,5%, abrangendo a sede (Porto Velho) e assubdeses (Ariquemes e Vilhena).

2.4.1.1.2. A CONTRATADA será responsável pelos serviços de manutenção dos links de acesso internet e de todos os equipamentosfornecidos;A conexão deverá ser 100% por fibra óptica até as dependências do CRCRO, sem utilização de rádio, satélite ou xDSL;

2.4.1.1.3. CONTRATADA será responsável pelo fornecimento, em regime de comodato, de todos os insumos necessários (modems,roteadores, equipamentos para fibra óptica, etc.) para o correto funcionamento de acesso à internet, conforme especificado nestedocumento.

2.4.1.1.4. O preparo da infraestrutura, os serviços de instalação e configuração de todos os equipamentos fornecidos será deresponsabilidade da CONTRATADA.

2.4.1.2. Velocidade e disponibilidade dos links

2.4.1.2.1. Sede (Porto Velho): 1 link primário de 500 Mbps ambos via fibra óptica, com failover automático em caso de indisponibilidade dolink principal.Subdeses (Ariquemes e Vilhena):

2.4.1.2.2. 1 link de 50 Mbps por unidade, via MPLS, garantindo isolamento de tráfego e comunicaçãosegura com a sede.

2.4.1.2.3. O Serviço dedicado de acesso à internet deve ser entregue com no mínimo 03 (três) endereços IPs fixos válidos para o link de 500Mbps;

2.4.1.2.4. Os IP's disponibilizados para uso pela CONTRATANTE não deverão ser do mesmo bloco utilizado pelos usuários de IP's dinâmicos, ou terem sido anteriormente de blocos de endereços IP utilizados para este fim;

2.4.1.2.5. A CONTRATADA deverá reservar estes endereços IP exclusivamente para o CONTRATANTE, independente de utilização; Os endereços fornecidos não deverão constar de nenhum tipo de lista de bloqueio (RBL: Real-time Blackhole List ou DNS-based Blackhole List DNSBL), seja qual for o motivo.

#### 2.4.1.3. Rede, SLA e manutenção

2.4.1.3.1. A solução deverá prover, com suporte nativo a IPv4 e IPv6, conectividade IP total

2.4.1.3.2. A rede MPLS deverá operar em modo L3VPN (Layer 3 Virtual Private Network), com isolamento total da Internet pública, suporte a roteamento dinâmico (OSPF/BGP) e garantia de comunicação segura e dedicada entre as unidades do CRCRO.

2.4.1.3.3. Tráfego ilimitado, sem franquia mensal ou redução de velocidade por volume de dados;

2.4.1.3.4. Disponibilidade mínima mensal de 99,5%, com SLA (Service Level Agreement - Acordo de Nível de Serviço) documentado;

2.4.1.3.5. Latência média igual ou inferior a 75 ms (milissegundos);

2.4.1.3.6. Suporte técnico 24x7, com tempo de resposta remoto até 30 minutos e deslocamento on-site máximo de 4 horas quando necessário.

2.4.1.3.7. Interrupções programadas devem ser comunicadas com antecedência mínima de 5 dias úteis.

#### 2.4.2. Solução de firewall e SD-WAN

##### 2.4.2.1. Aspectos gerais

2.4.2.1.1. A solução deverá contemplar integrando os links dedicados da sede e a rede MPLS das subsedes, appliance físico.

2.4.2.1.2. Funcionalidades mínimas: NGFW e SD-WAN, incluindo controle granular de aplicações, prevenção de ameaças, VPN site-to-site, inspeção de pacotes, antivírus e filtragem de conteúdo.

2.4.2.1.3. Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões;

2.4.2.1.4. Por funcionalidades de SD-WAN entende-se: roteamento inteligente, uso do melhor link por aplicação, abstração do tráfego em relação aos circuitos físicos e controle do tráfego por aplicação;

2.4.2.1.5. As funcionalidades de segurança e SD-WAN que compõem a solução podem funcionar em múltiplos appliances desde que obedecem a todos os requisitos desta especificação, acompanhem os mesmos termos de garantia, atualizações e manutenção, e suportem gerenciamento centralizado;

2.4.2.1.6. SD-WAN deve fornecer roteamento inteligente, priorização de tráfego crítico (voz, vídeo, SaaS) e failover automático entre links físicos e MPLS.

2.4.2.1.7. A solução deverá garantir performance de aplicações que utilizam VPN nos sites remotos e serviços de nuvem.

2.4.2.1.8. Deve suportar, QoS configurável, protegendo tráfego prioritário em situações de congestionamento.

2.4.2.1.9. Gerenciamento centralizado, compatível com múltiplos appliances, mantendo garantia, atualizações e manutenção integradas.

##### 2.4.2.2. Requisitos de desempenho

2.4.2.2.1. Cluster HA (1 appliance) para alta disponibilidade.

2.4.2.2. Throughput mínimo (com todas as funcionalidades habilitadas):

2.4.2.2.1. VPN IPSec: 1,5 Gbps

2.4.2.2.2. IPS (Intrusion Prevention System): 500Mbps

2.4.2.2.3. SSL Inspection: 250 Mbps

2.4.2.2.3.1. Licenciamento para 15 túneis VPN site-to-site e 200 túneis VPN cliente simultâneos.

#### 2.4.2.3. Integração com MPLS

2.4.2.3.1. Garantir que o tráfego das subredes via MPLS seja roteado e protegido pelo NGFW.

2.4.2.3.2. Deverá haver entre links dedicados da sede e enlaces MPLS das subredes, com parafailover automático QoS configurável priorização de aplicações críticas, voz e vídeo.

#### 2.4.3. Gerenciamento centralizado

##### 2.4.3.1. Consoles e acesso

2.4.3.1.1. Gerenciamento centralizado 100% web, compatível com desktops, smartphones e tablets.

2.4.3.1.2. Até 5 usuários simultâneos com perfis diferenciados.

2.4.3.1.3. Dashboards com monitoramento de disponibilidade, latência, perda de pacotes, consumo de banda e alarmes para todos os links, incluindo MPLS.

##### 2.4.3.2. Logs e relatórios

2.4.3.2.1. Retenção mínima de para logs de segurança e tráfego, com possibilidade de exportação via protocolo seguro 6 (seis) meses (syslog/CEF).

2.4.3.2.2. Relatórios automáticos em PDF e CSV

#### 2.4.4. Conformidade regulatória:

2.4.4.1. A empresa contratada deve possuir autorização da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), devidamente registrada e ativa.

#### 2.4.5. Gestão, monitoramento e suporte

2.4.5.1. Central de atendimento (help-desk) e suporte técnico 24x7, com encaminhamento de incidentes em português;

2.4.5.2. Tempo de resposta remoto para incidentes críticos: até 30 minutos; início de ações de mitigação DDoS: até 15 minutos; deslocamento técnico on-site, quando necessário: até 4 horas; prazo objetivo de restauração para incidentes críticos: até 4 horas, salvo dependência de terceiros ou impossibilidade física;

2.4.5.3. A contratada deve prover solução de monitoramento que disponibilize dashboards com indicadores mínimos: disponibilidade, latência, perda de pacotes, uso de banda por enlace e logs de eventos; fornecimento de relatório mensal consolidado de SLA; possibilidade de exportação de dados (CSV/PDF).

2.4.5.4. A contratada deverá implementar verificação pró-ativa da porta IP (healthcheck) e disparar procedimentos de correção conforme acordado, com aviso à CONTRATANTE em até 30 minutos quando incidente detectado.

#### 2.4.6. Logs, documentação e treinamento:

2.4.6.1. Entrega de documentação técnica completa (topologia, configurações finais, plano de contingência e contatos de suporte);

2.4.6.2. Treinamento técnico para a equipe de TI do CRCRO, com carga horária mínima de 10 horas, abordando operação básica de firewall, acompanhamento de logs, relatórios de desempenho e abertura de chamados de suporte.

2.4.6.3. Ao final do treinamento, a CONTRATADA deverá fornecer para cada participante o Certificado de Participação, contendo a carga horária e a identificação do instrutor.

2.4.7. Serão realizados testes de aceitação técnica na presença da CONTRATANTE, incluindo medição de throughput, latência, perda de pacotes, verificação de IPs públicos, testes de VPN e validação de políticas de segurança; aceitação formal após conformidade com os requisitos.

#### 2.4.8. Prazo de ativação e mudanças

2.4.8.1. Prazo máximo para ativação do serviço a partir da ordem de fornecimento: 30 (trinta) dias corridos.

2.4.8.2. Prazo máximo para adequação de velocidade por solicitação formal (upgrade/downgrade): até 60 dias;

2.4.8.3. Remoção física de equipamentos: até 30 dias

2.4.9. Havendo pedido de redução (downgrade) ou aumento (upgrade) da velocidade de determinado link, o prazo máximo para adequação da taxa de transmissão do enlace para a nova taxa solicitada será de 60 (sessenta) dias corridos após o requerimento da CONTRATANTE e seu valor corresponderá à nova velocidade a partir da data da efetiva mudança, sempre respeitando o limite legal estabelecido para alteração contratual.

2.4.10. Acordo de Nível de Serviço

Requisito	Valor Mínimo / Observação
Disponibilidade do serviço	99,5% mensal, medido no SLA
Latência máxima	75 ms (média ponderada entre sede e subsedes)
Velocidade simétrica	500 Mbps (sede), 50 Mbps (subsedes MPLS), upload /download para ambos
Banda mínima garantida	100% da largura contratada para todos os links
Percentual máximo de perda de pacotes	1% em condições normais de operação
Quantidade mínima de endereços IP fixos públicos	3 (três) para link de 500 Mbps da sede, exclusivos para CRCRO
Infraestrutura do serviço	100% via fibra óptica terrestre; sem rádio, satélite ou xDS
Prazo de ativação do serviço	30 (trinta) dias corridos
Prazo mínimo de comunicação de manutenções preventivas e/ou substituição de equipamentos (período mínimo entre a notificação do cliente pela operadora até o início da interrupção)	5 (cinco) dias úteis antes do início da interrupção
Prazo de resposta on-site	4 (quatro) horas para deslocamento técnico, quando necessário
Prazo de solução de incidentes críticos	4 (quatro) horas a partir da abertura do chamado
Abertura de chamado / help-desk	24x7, atendimento em português, sem custo adicional
Disponibilidade do SOC	24x7 (Security Operations Center)
Prazo de início da mitigação de ataques DDoS	15 (quinze) minutos a partir da detecção
Suporte a VPN	Obrigatório (site-to-site e client-to-site, incluso no firewall /NGFW)
Compatibilidade de protocolos	IPv4 e IPv6 para todos os links e serviços fornecidos
Firewall/NGFW e SD-WAN	Obrigatório, com cluster HA, roteamento inteligente, inspeção de pacotes, antivírus e QoS configurável

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A presente contratação tem por objeto a implementação de solução integrada de conectividade institucional, por meio do fornecimento de link dedicado de Internet via fibra óptica, com velocidade simétrica mínima garantida, endereçamento IP fixo público e suporte técnico 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), contemplando a sede do CRCRO (Porto Velho) e a interconexão das subsedes localizadas nos municípios de Ariquemes e Vilhena, por meio de rede privada MPLS.

3.2. A solução contratada deverá incluir:

- 3.2.1. (um) link dedicado de 500 Mbps simétricos para a sede, com fornecimento de 3 (três) IPs fixos públicos;
- 3.2.2. (dois) links de comunicação privada MPLS de 50 Mbps (1 para cada subsele), interligados à sede para tráfego seguro e contínuo de dados institucionais;
- 3.2.3. Instalação, configuração e ativação completas, com fornecimento de equipamentos, incluindo firewall de médio porte com funcionalidades NGFW e SD-WAN em regime de comodato (exemplo: Fortinet 80F ou equivalente), materiais de rede e configuração de acesso;
- 3.2.4. A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de toda a solução fornecida, incluindo equipamentos, links e configurações, sem ônus adicional para o CRCRO, garantindo o pleno funcionamento da conectividade durante a vigência contratual
- 3.2.5. Disponibilidade mínima de 99,5% mensal, com SLA formalizado, suporte a VPN (site-to-site e client-to-site) e compatibilidade com protocolos IPv4 e IPv6;
- 3.2.6. Capacitação técnica: treinamento inicial para a equipe de TI do CRCRO, com carga horária mínima de 10 (dez) horas, abrangendo a operação básica do firewall, acompanhamento de logs, relatórios de desempenho da rede, configuração de VPN e abertura de chamados de suporte. O treinamento deverá ser ministrado pela contratada após a ativação do serviço, podendo ser presencial ou remoto, conforme conveniência do CRCRO.

3.3. A solução deve ser fornecida por empresa autorizada pela ANATEL para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), garantindo regularidade regulatória e adequação técnica à legislação vigente.

3.4. A entrega do link deverá ser realizada por infraestrutura 100% em fibra óptica até as dependências do CRCRO, sem utilização de rádio, satélite ou xDSL.

3.5. A instalação deve acontecer em até 30 dias a partir da assinatura do contrato e o início da execução dos serviços:

3.6. Local de instalação:

Lote 01 - Solução de comunicação de dados com link dedicado, MPLS e firewall					
Unidade	Endereço	Qtde. Item 1	Qtde. Item 2	Qtde. Item 3	Qtde. Item 4
Porto Velho (Sede)	Av. Presidente Dutra, 2374 - CentroCEP: 76801-034 - Porto Velho/RO	1	-	-	1
Regional de Ariquemes	Rua 4 Nações, 3570 – Setor Institucional, CEP-76872-826 - Ariquemes/RO	-	1	-	-
Regional de Vilhena	Av. Tancredo Neves, 3989 – Jardim América, CEP-76980-000 -Vilhena /RO	-	-	1	-

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A presente contratação deve atender integralmente às necessidades de conectividade e segurança da informação descritas no item 2 deste Termo de Referência, incluindo, mas não se limitando a: disponibilidade, confiabilidade, proteção da infraestrutura, comunicação segura entre sede e subsedes e continuidade dos serviços corporativos.

## **4.2. Requisitos de Capacitação**

4.2.1. O treinamento da equipe de TI deverá contemplar os procedimentos operacionais definidos no item 2.4.6, com carga horária mínima de 10 horas, abordando operação básica do firewall, acompanhamento de logs, relatórios de desempenho e abertura de chamados de suporte. Ao final, será fornecido Certificado de Participação.

## **4.3. Requisitos Legais**

4.3.1. O processo deve estar aderente à Constituição Federal, Lei nº 14.133/2021, IN SGD/ME nº 94/2022, IN SEGES/ME nº 65/2021, LGPD (Lei nº 13.709/2018) e demais legislações aplicáveis.

4.3.2. A solução deverá cumprir normas de segurança, privacidade e conformidade regulatória da ANATEL, conforme 2.4.4.

## **4.4. Requisitos de Manutenção**

4.4.1. Manutenções corretivas, preventivas e evolutivas pela contratada, garantindo disponibilidade da solução e aperfeiçoamento das funcionalidades (conforme 2.4.1.1.2 e 2.4.1.3.6).

## **4.5. Requisitos Temporais**

4.5.1 Serviços devem ser prestados conforme prazos:

- Ativação do serviço: até 30 dias corridos (2.4.8.1);
- Alteração de velocidade dos links: até 60 dias corridos (2.4.8.2);
- Remoção física de equipamentos: até 30 dias (2.4.8.3).

4.5.2. Contagem de prazos: em dias corridos, excluindo o início e incluindo o último dia (2.4.9).

## **4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.6.1. A solução deve atender integralmente aos princípios da Política de Segurança da Informação do CRCRO, contemplando NGFW, SD-WAN, inspeção de pacotes, VPN, antivírus, filtragem de conteúdo e logs centralizados (2.4.2, 2.4.3).

## **4.7. Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.7.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante, com autorização prévia para qualquer variação.

## **4.8. Requisitos de Projeto, Implementação e Implantação**

4.8.1. Execução conforme especificações de links dedicados, MPLS, NGFW e SD-WAN (2.4.1 a 2.4.3).

4.8.2. Testes de aceitação técnica: throughput, latência, perda de pacotes, IPs públicos, VPN e políticas de segurança (2.4.7).

4.8.3. Prazos de ativação, upgrade/downgrade e remoção de equipamentos conforme 2.4.8 e 2.4.9.

## **4.9. Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.9.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

## **4.10. Vistoria**

4.10.1. Será facultada a realização de vistoria técnica prévia nas dependências da Contratante, mediante agendamento prévio, para conhecimento das condições locais de execução dos serviços. A ausência de vistoria não eximirá a licitante da responsabilidade pela plena execução do objeto, presumindo-se o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do ambiente.

## **4.11. Sustentabilidade**

4.11.1. Solução deve atender critérios de sustentabilidade conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

## **4.12. Subcontratação**

4.12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.13. Garantia da contratação**

4.13.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### **5.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente demandas de alteração, manutenção ou suporte dos links dedicados, MPLS e firewall via Ordem de Serviço, conforme critérios do Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Garantir que a titularidade sobre os dados, relatórios e conteúdos produzidos ou tratados durante o contrato permaneça com o CRCRO, conforme as regras de propriedade e sigilo estabelecidas.

### **5.2. São obrigações do CONTRATADO:**

5.2.1. Indicar formalmente preposto responsável por representar a empresa perante o CRCRO, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente às orientações e exigências da fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Viabilizar o acompanhamento técnico e administrativo da solução por parte da fiscalização, inclusive com acesso ao ambiente de gestão e relatórios;

5.2.5. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação jurídica, técnica e fiscal exigidas na contratação;

5.2.7. Disponibilizar equipe técnica qualificada para suporte, implantação, personalização e acompanhamento da solução contratada;

5.2.8. Garantir operação contínua da solução, atendendo aos níveis de SLA, throughput, latência e disponibilidade previstos;

5.2.9. Garantir a confidencialidade e a não divulgação dos dados tratados, respeitando a titularidade dos dados e as obrigações legais (incluindo a LGPD);

5.2.10. Realizar, ao final do contrato, a transição e devolução dos equipamentos em comodato e dos dados da Contratante, garantindo continuidade operacional.



## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 6.1. Condições de execução

6.1.1. O início da execução do objeto ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, prazo necessário para instalação dos links, configuração dos equipamentos em comodato e ativação do firewall.

6.1.2. A execução compreenderá:

- a) Instalação física e lógica dos links de internet dedicados e dos equipamentos de rede e segurança;
- b) Configuração do firewall com políticas de segurança, NAT, VPN e controle de tráfego, conforme especificações técnicas do Termo de Referência;
- c) Testes de aceitação e homologação técnica junto ao setor de TI do CRCRO;
- d) Monitoramento contínuo do link e do firewall (24x7), com geração de relatórios mensais de disponibilidade, desempenho e incidentes;
- e) Suporte técnico remoto e presencial conforme níveis de SLA estabelecidos;
- f) Manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos em comodato;
- g) Atualizações de firmware e patches de segurança sempre que necessário.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

Etapas	Descrição	Prazo estimado
1	Instalação e ativação dos links e firewall	Até 30 dias após assinatura do contrato
2	Testes de aceitação e homologação	Até 5 dias após instalação
3	Início da operação assistida	Imediatamente após homologação
4	Monitoramento e suporte contínuo	Durante toda a vigência contratual

6.1.4. As etapas subsequentes seguirão conforme Ordem de Serviço emitida pela Contratante, observando os prazos estabelecidos no contrato e SLAs acordados.

### 6.2. Materiais a serem disponibilizados

6.2.1. Para a execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar todos os equipamentos e ferramentas necessários para a prestação do serviço, incluindo firewall de última geração (NGFW) e, quando aplicável, equipamentos de borda ou interface óptica (CPE) em regime de comodato, devidamente homologados, configurados e atualizados.

6.2.2. Serão necessários procedimentos de transição e finalização, limitados à devolução dos equipamentos em comodato e entrega de relatórios finais de desempenho e inventário de rede.

### 6.3. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.3.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

#### 7.4. Reunião Inicial

7.4.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.4.2. A reunião ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante, conforme o inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94/2022.

7.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais designados, conforme art. 33 da IN SGD nº 94/2022, observando-se as rotinas técnicas e administrativas a seguir.

#### 7.6. Fiscalização Técnica

7.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.6.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### 7.7. Fiscalização Administrativa

7.7.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.8. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.8.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.8.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.8.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.8.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.8.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.8.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.8.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.8.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

7.8.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 8.1. Execução e glosas

8.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.1.1.1 não produziu os resultados acordados,

8.1.1.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### 8.2. Recebimento

8.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.2.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.2.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.2.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.2.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.2.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.2.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.2.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.2.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.2.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.2.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.2.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.2.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.2.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.2.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **8.3. Liquidação**

8.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.3.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.3.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.3.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.3.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **8.4. Prazo de pagamento**

8.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice aplicação do índice IPCA-E, divulgado pelo IBGE.

#### **8.5. Forma de pagamento**

8.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **8.6. Reajuste**

8.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contados da data do orçamento estimado, em setembro de 2025.

8.6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Base Legal: arts. 155 a 160 da Lei nº 14.133/2021 e art. 19, inciso III, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

9.2. Nos termos da legislação vigente, será efetuada a retenção ou glosa proporcional ao pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

- a) não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. Comete infração administrativa o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

9.4. Serão aplicadas as seguintes sanções, observados o contraditório e a ampla defesa:

- I – Advertência: quando o Contratado der causa à inexecução parcial, sempre que não se justificar penalidade mais grave;
- II – Impedimento de licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”;
- III – Declaração de inidoneidade: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”;
- IV – Multa, aplicada conforme segue:

- a) Moratória: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 dias;
- b) Moratória sobre garantia: 0,07% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2%;

c) Compensatória:

- 30% do valor da contratação para infrações “e” a “h”;
- 10% a 30% do valor da contratação para inexecução total (“c”);
- 10% a 20% do valor da contratação para infração “b”;
- 5% a 20% do valor da contratação em substituição à multa moratória para infração “d”;
- 10% a 20% do valor da contratação para inexecução parcial (“a”).

9.5. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Contratante.

9.6. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.

9.7. Será facultada defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.

9.8. As notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços informados na proposta comercial e cadastrados no SICAF, presumindo-se ciência do Contratado.

9.9. As penalidades serão registradas no SICAF e publicadas no CEIS e CNEP, conforme arts. 160 e 161 da Lei nº 14.133/2021.

9.10. As sanções de impedimento e inidoneidade são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo.

### **10.2. Regime de Execução**

10.2.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário, conforme previsto no art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o pagamento será realizado conforme o fornecimento e instalação dos equipamentos contratados, devidamente atestados pela fiscalização.

### **10.3. Exigências de habilitação**

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **10.4. Habilitação jurídica**

10.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.4.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELL: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.4.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **10.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos

tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 10.6. Qualificação Econômico-Financeira

10.6.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

10.6.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 5% (cinco por cento) do valor estimado para o lote no qual estiver participando.

10.6.3. o caso do licitante classificado em mais de um item, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

10.6.4. caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotes em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

10.6.5. as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

10.6.6. As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133 /21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

## 10.7. Qualificação Técnica

10.7.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade nos termos do (Art. 67 da Lei nº 14.133/21):

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

10.7.2. As empresas deverão apresentar o atestado de capacidade técnica comprovando o fornecimento do serviço condizentes com o objeto desta licitação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto neste instrumento, permitida a soma de contratos, concomitantes ou não, para atingir a quantidade exigida, conforme o item abaixo:

a) Para os itens do LOTE 1: Deverá ser apresentado o atestado de capacidade técnica compatível em quantidade, permitindo a soma de contratos, concomitantes ou não para atingir a quantidade exigida.

## 10.8. Disposições gerais sobre habilitação



10.8.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.8.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.8.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.8.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.9. Documentação complementar para cooperativas

10.9.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.9.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.9.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.9.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.9.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.9.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.9.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.9.1.6.1 ata de fundação;

10.9.1.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.9.1.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.9.1.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.9.1.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.9.1.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.9.1.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

## 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, é de R\$ 107.100,00 (cento e sete mil e cem reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, publicado no portal institucional do CRCRO, Sequência 70. A despesa será registrada na conta contábil 6.3.1.3.02.01.037 – Serviços de Internet, vinculada ao Projeto n.º 5002 – Tecnologia da Informação.

### 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.
- 13.2. As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho/RO, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, I, 'd', da Constituição Federal.

### 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LETICIA EMILY MORONHA MOURA COSTA**

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 09:30:29.

**LIDIA FERNANDES RIBEIRO GEROLA**

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 09:33:26.

**VIVEN ANE MEDEIROS REBELO LIMA**

Diretora Executiva



Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 09:49:42.

**JAIR GENOR BEVILAQUA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 08/12/2025 às 10:10:09.*